

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)



RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil: aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Michele Lins Aracaty e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R594 Riqueza, desigualdade e pobreza no Brasil [recurso eletrônico] : aspectos socioeconômicos das regiões brasileiras / Organizadora Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-5706-412-2 (PDF)

ISBN 978-65-5706-414-6 (Brochura)

DOI 10.22533/at.ed.146202109

1. Pobreza – Brasil. 2. Brasil – Condições sociais. 3. Renda – Distribuição – Brasil. I. Silva, Michele Lins Aracaty e.

CDD 339.460981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos esta obra intitulada: **RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: Aspectos Socioeconômicos das Regiões Brasileiras**, composta por cinco trabalhos oriundos de pesquisas desenvolvidas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Federal do Amazonas – UFAM referente ao Edital 2019/2020. Tais trabalhos foram desenvolvidos pelas acadêmicas do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas – UFAM: Ana Beatriz Martins de Souza, Francilene da Silva Franco, Jackelyne Evellyn de Sales Assunção, Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva e Taisa Morais Rolim.

Este grupo de trabalhos que teve como abrangência as cinco macrorregiões econômicas brasileiras foram motivados após a leitura do livro “Geografia da Fome”, lançado em 1946 por Josué Apolônio de Castro, mais conhecido por Josué de Castro. Na obra, partindo da análise da fome, como tema central, o autor alerta para outros problemas: pobreza, extrema pobreza, miséria, questão ecológica, desigualdades sociais e reforma agrária.

“Geografia da Fome” constitui-se por ser uma obra rica em detalhes e que alertou o mundo e o Brasil para a problemática da fome visto não considerar esta apenas no seu aspecto biológico, mas também em relação aos aspectos econômicos, políticos, geográficos e sociais não limitando-se a apresentar ou realizar um diagnóstico, mas fazendo frente à luta pela erradicação deste problema à nível mundial.

Dada a importância histórica e contribuição incontestável da obra para despertar a necessidade de compromissos internacionais e ações integradas para o combate à fome. No ano de 1951, Josué de Castro foi convidado para se tornar presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, a qual constitui uma agência das Nações Unidas – ONU que lidera esforços para erradicação da fome e combate à pobreza no mundo por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola.

Em todos os artigos aqui apresentados iremos discutir aspectos referentes à Fome e à Vulnerabilidade Social. Trataremos a Vulnerabilidade Social, não apenas na questão econômica, pois sabemos que esta população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontra em condição de pobreza ou extrema pobreza concentra-se em localidades as quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, Renda per Capita inferior a meio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens

com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo, número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam, fazem parte do percentual da população que encontram-se em situação de desemprego e dependem quase que integralmente de auxílio de Programas de Transferência de Renda para sobreviverem.

Assim, cada capítulo representa um trabalho tendo participação de uma aluna, e sua orientadora e corresponde a uma pesquisa que teve duração de 12 meses. Vale ressaltar que, cada capítulo corresponde a um trabalho completo com a seguinte estrutura: Resumo, Introdução, Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações, seguido das Referências que foram utilizadas para a construção do texto. Dessa forma, cada capítulo apresenta-se independente, mas de certa forma interligado pois juntos farão uma análise de todas as regiões brasileiras.

Organizado dessa forma, possibilita ao leitor guiar-se através do sumário e ler cada capítulo de forma separada e na ordem que desejar ou for mais conveniente. Assim, o sumário descreverá a ordem como os capítulos estão divididos, o título de cada um deles bem como a página inicial.

Os cinco artigos aqui apresentados foram divididos, como já adiantamos, por macrorregiões econômicas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) onde foi possível analisar os indicadores regionais. Nesta mesma obra, temos um artigo que concentra a sua análise na Região Metropolitana da Manaus – RMM dada a sua importância e especificidade.

Em cada um dos artigos foi possível, analisar os indicadores socioeconômicos: Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, Renda Per Capita, Índice de Gini, Pobreza, Extrema Pobreza, Fome, Taxa de Prosperidade Social, Insegurança Alimentar, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda. Tendo como base os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Organização das Nações Unidas – ONU.

No primeiro capítulo, a pesquisadora Ana Beatriz Martins de Souza analisou os indicadores de vulnerabilidade social referentes à população residente na Região Metropolitana de Manaus – RMM, sendo a região metropolitana brasileira mais jovem, mas que apresenta elevados indicadores de vulnerabilidade e inúmeros problemas estruturais tais como: pobreza, extrema pobreza, miséria, fome, ausência ou ineficiência de saneamento básico, esgotamento sanitário, água tratada, moradias inadequadas, dentre outros problemas que são característicos de regiões vulneráveis. Tal artigo, propunha analisar a vulnerabilidade da população da RMM, com base nos principais indicadores que compõem o IVS e seu comparativo com

o IDHM, a Taxa de Prosperidade Social e seu impacto do modelo Zona Franca de Manaus, bem como a contribuição do modelo para a redução da vulnerabilidade social nos municípios que compõem a região metropolitana. O capítulo é intitulado: Vulnerabilidade Social da População Residente na Região Metropolitana de Manaus.

No segundo capítulo, que tem como título: A Floresta Rica, População Pobre: Fome e Pobreza na Região Norte do Brasil, a pesquisadora Francilene da Silva Franco tendo a Região Norte como objeto de estudo, propõe um desafio reflexivo ao leitor ao expor o dilema de se ter num mesmo ambiente uma floresta rica em biodiversidade, riquezas minerais, abundância de água doce, dentre outras riquezas somente encontradas na Amazônia e ao mesmo tempo ter uma população que vive às margens da pobreza, passa fome e convive num ambiente com insuficiência de infraestrutura básica. Para tanto, a pesquisa se propunha analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social regional, com o uso do IDHM, Índice de Gini, Renda Per Capita, Taxa de Desocupação e Dependência dos Programas de Transferência de Renda.

No capítulo seguinte, intitulado, Pobreza e Vulnerabilidade Socioeconômica na Região Nordeste do Brasil, a pesquisadora Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva tendo a Região Nordeste do Brasil historicamente mais vulnerável, como objeto de estudo, focou a sua análise na vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população regional com base no levantamento de indicadores socioeconômicos (IVS, IDHM, Renda Per Capita, Índice de Gini) e análise das políticas públicas que visam a redução da vulnerabilidade socioeconômica e a pobreza da população nordestina.

No capítulo seguinte, a pesquisadora Taisa Morais Rolim teve como objeto de sua análise a Região Centro-Oeste e seus contrastes por se tratar de uma região de exploração recente, mas que concentra as suas atividades na atividade primária, ou seja, na agricultura, tendo como principal atividade o agronegócio, produção de soja, milho e criação de gado bovino de corte, dentre outras culturas ligadas à terra. O capítulo apresenta como título: Riqueza, Desigualdade e Pobreza no Brasil: O Caso da Região Centro-Oeste brasileira. Ao longo da pesquisa, a autora se realizou sua análise com base nos indicadores de pobreza, desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, com base no IVS e no Mapa da Fome, além de levantar as políticas públicas implementadas na região para o combate à pobreza e desigualdade socioeconômica e teve uma preocupação peculiar em olhar para o esforço regional para a implementação de políticas de redução da concentração de renda e inclusão produtiva rural com desenvolvimento sustentável através de ações

ligadas à agricultura familiar.

No último capítulo, a pesquisadora Jackelyne Evellyn de Sales Assunção tinha como desafio a análise das duas regiões economicamente mais desenvolvidas do país, Sudeste e Sul. Regiões com maior participação no Produto Interno Bruto – PIB e concentradoras da maior parte da população brasileira, constituem regiões com caráter de ocupação urbana. Apesar de serem regiões ricas nota-se uma expressiva concentração de renda, elevados indicadores de vulnerabilidade, os menores indicadores de desenvolvimento humano e os melhores índices de desigualdade. O capítulo, foi intitulado: Pobreza do Brasil: A Situação da Pobreza e Desigualdade nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, e apresentou como principal objetivo: analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza e a desigualdade da população residente nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, com base nos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica e no Mapa da Fome de forma a verificar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Também temos a ambição de possibilitar aos alunos participantes de projetos de pesquisa e extensão a satisfação de ver o seu trabalho, fruto de esforço e dedicação, ser publicado. Proporcionado a este aluno a alegria de ter a sua pesquisa como fonte para novas pesquisas. Ademais, a publicação de um trabalho constitui um marco na carreira acadêmica e quem sabe possa influenciá-lo para que no futuro este se engaje em novas pesquisas.

Este e-book assim como os outros trabalhos dos demais grupos de pesquisa o qual temos a honra de integrar terá o seu acesso livre para pesquisa e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Michele Lins Aracaty e Silva

"O primeiro direito de um homem é o de não passar fome!"

Josué de Castro

(1908-1973)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VULNERABILIDADE SOCIAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Ana Beatriz Martins de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1462021091	
CAPÍTULO 2	23
A FLORESTA RICA, POPULAÇÃO POBRE: FOME E POBREZA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Francilene da Silva Franco	
DOI 10.22533/at.ed.1462021092	
CAPÍTULO 3	43
POBREZA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Laiza Eduarda Santos Carvalho da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1462021093	
CAPÍTULO 4	62
RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: O CASO DA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Taisa Morais Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.1462021094	
CAPÍTULO 5	82
POBREZA DO BRASIL: A SITUAÇÃO DA POBREZA E DESIGUALDADE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Jackelyne Evellyn de Sales Assunção	
DOI 10.22533/at.ed.1462021095	
SOBRE A ORGANIZADORA	106

CAPÍTULO 2

A FLORESTA RICA, POPULAÇÃO POBRE: FOME E POBREZA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Data de aceite: 01/08/2020

Michele Lins Aracaty e Silva

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente pela Universidade de Santa Cruz do Sul - (UNISC)
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM
e-mail: michelearacaty@ufam.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>
<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

Francilene da Silva Franco

Discente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
e-mail: francilene.s.franco@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6939136640014550>
<https://orcid.org/0000-0001-7489.8157>

RESUMO: Tratar de vulnerabilidade é analisar a fome, a pobreza e a extrema pobreza que acomete parte significativa da população brasileira em especial as regiões mais vulneráveis como a Região Norte do Brasil, nosso objeto de estudo. Este trabalho foi motivado após a leitura do livro Geografia da Fome de 1946, e apresenta como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, bem como levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional. Para

tanto, este estudo está baseado em pesquisa bibliográfica e documental com o uso de dados secundários do IBGE, ONU e IPEA, analisando os indicadores socioeconômicos: IVS, IDHM, Pobreza, Extrema Pobreza, Fome, Renda Per Capita, Índice de Gini e Prosperidade Social. Os resultados mostram que a Região Norte do Brasil, apresentou muitos avanços em relação aos indicadores analisados, o IVS está na classificação BAIXO, o IDHM encontram-se na classificação ALTO, a pobreza na região atinge 11,8% da população (8.030.806) e 2.174.856 de pessoas encontram-se em situação de extrema pobreza, a Renda Per Capita regional é de R\$ 245,00 para os 40% mais pobres e de R\$ 4.514,00 para os 10% mais ricos e o Índice de Gini é de 0,6237 onde caracteriza a região como uma das mais desiguais do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade, Pobreza; Mapa da Fome, Região Norte.

INTRODUÇÃO

O termo vulnerabilidade tem sido utilizado com mais frequência após o agravamento da crise econômica brasileira, mas a vulnerabilidade nunca deixou de ser uma realidade para uma parte significativa da população brasileira que necessita de alimento, moradia, saneamento básico, água tratada, coleta de lixo, saúde, educação dentre outras necessidades indispensável à dignidade humana e subsistência.

Tratar de vulnerabilidade é analisar a fome, a pobreza e a extrema pobreza que

acomete parte significativa da população brasileira em especial as regiões mais vulneráveis como a Região Norte do Brasil, nosso objeto de estudo, e abrir os olhos para uma parte significativa da população brasileira.

Há 73 anos, Josué de Castro lançava a sua obra mais importante, “A Geografia da Fome” (1946), na qual fazia uma análise do problema da fome no país e sua relação com fatores socioeconômicos. Conseguiu contextualizar o drama da fome perpassando desde a colonização até a sua época e ainda assim torná-lo um debate atual. Agregou diversas áreas do conhecimento para explicar um fenômeno que não se resume em problemas agrários, mas sim sociais, políticos e econômicos. Hoje, anos após a sua morte, a fome volta a ser objeto de amplo debate por institutos de pesquisa e precisa urgentemente entrar na pauta de políticas públicas prioritárias.

Ressaltamos que a leitura do livro de Josué de Castro, “Geografia da Fome” foi o motivador para o início deste trabalho de pesquisa e norteou inúmeros outros trabalhos já publicados visto a necessidade de aprofundamento em relação à problemática.

Combinada ao fator crise econômica, temos o alerta da ONU de que o Brasil após sair do mapa da fome em 2014, corre o risco de voltar a fazer parte deste, uma vez que houve um aumento de 52% da quantidade de pessoas que encontram-se em situação de pobreza ou extrema pobreza, são aproximadamente 11,8 milhões de brasileiros, dados de 2017.

De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as regiões Norte e Nordeste são reais concentradoras de um percentual expressivo da população que não se alimenta direito e até passa fome (dados do suplemento Segurança Alimentar), elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, em alguns estados destas regiões o % de população em condição de vulnerabilidade social chega a quase 50% e são dependentes de programas de transferência de renda.

De acordo com o IBGE (2019), a fome é uma realidade para cerca de 7 milhões de pessoas no Brasil. Além disso, existem, ainda, mais de 40 milhões de pessoas que não comem a quantidade mínima necessária para uma alimentação adequada, apresentando, por isso, problemas de nutrição, desempenho escolar, faltas constantes ao trabalho e necessidade de acompanhamento médico.

Ainda segundo o IBGE (2019), em todos os estados do Norte e do Nordeste, os domicílios estavam abaixo da média nacional de 69,8% em relação à alimentação adequada. No Norte, o percentual registrado foi de 40,3% e no Nordeste, de 46,1% dos domicílios. No Sul e no Sudeste, os percentuais foram de 18% e 23,3%.

No Norte e no Nordeste, a fome foi constatada em 9,2% e em 9,3% das residências, respectivamente, sendo que, no Maranhão e no Piauí, nem metade dos domicílios estava dentro dos parâmetros de segurança alimentar. No Sul e no

Sudeste, o percentual registrado foi inferior a 3%.

Essa população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontram em condição de pobreza ou extrema pobreza concentra-se em territórios de alta vulnerabilidade social os quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, população com renda per capita inferior a maio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo e um número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam.

Trata-se, infelizmente, de um cenário muito comum para estas regiões do Brasil (Norte e Nordeste) que juntas apresentam os mais elevados indicadores de vulnerabilidade do país de acordo com dados dos relatórios do Atlas da vulnerabilidade social disponibilizado pelo IPEA para os anos de 2000 a 2017.

Em relação à pobreza e extrema pobreza, segundo dados do IBGE (2019), no Brasil 54,8 milhões de pessoas estão em situação de pobreza e 15,3% em situação de extrema pobreza. Na Região Norte, 11,8% da população encontra-se em situação de extrema pobreza, um total de 2.174.856 de pessoas. Já em relação à pobreza, em toda a região o total de pessoas nessa condição é de aproximadamente 8.030.806 (26,5% a 47,8%).

Os Estados da Região Norte, apresentam rendimento médio Per Capita inferior à média apresentada no país, tanto dos 40% mais pobres como para os 10% mais ricos. Sendo no Estado do Acre o menor rendimento dos 40% mais pobres (R\$ 200,00) e o no Estado do Pará o menor rendimento para os 10% mais ricos (R\$ 3,681,00).

O Índice de Gini dos estados que compõem a Região Norte do Brasil varia entre 0,5 e 0,6 em todos os estados e ao longo dos anos analisados (1991, 2000 e 2010), isso demonstra um elevado grau de concentração de renda pois quando mais próximo de 1, maior a desigualdade. Ademais, como veremos a seguir, existe uma lacuna muito grande entre o menor e o maior rendimento (40% mais pobres e 10% mais ricos) per capita o que acentua a desigualdade.

Para tanto, esta pesquisa está baseada em material de cunho bibliográfico e documental com o uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU (Mapa da Fome), Atlas de Desenvolvimento Humano - ADH) e IPEA, Índice de Vulnerabilidade Social - IVS da Região Norte do Brasil, além de livros e artigos considerados relevantes e que contribuirão para a pesquisa.

Tendo como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores

que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social regional.

Assim, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, seguido da Revisão da Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e foi fim, as Referências utilizadas para a sua construção.

REVISÃO DA LITERATURA

Josué de Castro e a Geografia da Fome

De acordo com Vasconcelos (2008), Josué de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, em Recife - PE. Filho de um agricultor do Sertão Nordestino que em 1877, em função da seca, migrou para a capital, viveu sua infância e adolescência em um bairro pobre, às margens do rio Capibaribe. Em 1929, após concluir o Curso de Medicina da Universidade do Brasil, retornou ao Recife para dar início a uma consagrada trajetória político-intelectual, dedicada, particularmente, à complexa e paradoxal problemática da fome e suas formas de enfrentamento.

Inda para o autor (2008), como médico, professor e sociólogo brasileiro e partindo de sua experiência pessoal (oriundo do Nordeste brasileiro), publicou uma extensa obra composta por mais de 200 títulos, que discute distintas investigações, com destaque para: Geografia da fome (1946), geopolítica da fome, Sete palmas de terra e um caixão e Homens e caranguejos. A trajetória intelectual de Josué de Castro se confunde com a agenda política do Brasil, por fundamentarem discussões que se fundem com os marcos da Política de Segurança Alimentar no Brasil.

Para Vasconcelos (2008, p.1), o brasileiro Josué de Castro se destacou no cenário internacional, exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), foi também Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e foi indicado ao Nobel da Paz nos anos de 1953, 1963, 1964 e 1965.

Vulnerabilidade Social: Definição

Para Monteiro (2011), o tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua

magnitude e complexidade.

A emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos 90, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas. Essa tendência vem sendo difundida, sobretudo por organismos internacionais, entre estes destacam-se Organização das Nações Unidas-ONU, Banco Mundial e CEPAL, para a consolidação de políticas sociais, afirma Monteiro (2011).

Ainda segundo o autor (2011), os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagens social. Assim, essa categoria de vulnerabilidade diz respeito à própria estrutura da sociedade, de direitos e acessos desiguais.

Para Chambers (1989) apud Recio (2010), os principais elementos caracterizadores da vulnerabilidade social são: a exposição de um indivíduo ou grupo a determinados riscos, a capacidade desse em enfrentá-los, assim como a potencialidade desses riscos em trazer sérias consequências aos afetados.

Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

Segundo o IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras entre os anos de 2000 e 2017.



Figura 1 – Faixas do IVS

Fonte: AVS, IPEA (2019)

A Figura ilustra a forma de ler o IVS. Percebe-se que quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade e quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade.

Entretanto, a partir de 0,500 já é muito alta, ou seja, já pode ser considerada uma extrema vulnerabilidade.

No Quadro a seguir, podemos observar o Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

Período	IVS	Classificação
2000	0.570	MUITO ALTA
2010	0.438	ALTA
2011	0.346	MÉDIA
2012	0.317	MÉDIA
2013	0.325	MÉDIA
2014	0.296	BAIXA
2015	0.298	BAIXA
2016	0.284	BAIXA
2017	0.283	BAIXA

Quadro 1: Índice de Vulnerabilidade Social da Região Norte do Brasil (2000 a 2017)

Fonte: IPEA (2019)

Levando-se em consideração a apresentação da escala de vulnerabilidade apresentada na Figura 1, e observando os dados apresentados no Quadro 1, observamos que: entre os anos de 2000 até 2010 a vulnerabilidade social da Região Norte do Brasil estava na escala de MUITO ALTA e ALTA, de 2011 até 2013 a vulnerabilidade iniciou um processo de queda, e na escala encontrava-se em MÉDIA vulnerabilidade. Percebemos ainda que, de 2014 até o último ano de levantamento que foi 2017, a vulnerabilidade vem diminuindo e hoje encontra-se na escala de BAIXA vulnerabilidade.

Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS

Segundo o IPEA (2015), o Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS possibilita a consulta, em vários formatos de dados, sobre a temática da vulnerabilidade social, estimulando e facilitando a produção de análises e informações para os mais diversos perfis de usuários. A plataforma oferece um panorama da vulnerabilidade e da exclusão social dos municípios, estados e regiões metropolitanas. Sua relevância vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município.

O AVS colabora na consolidação de um diálogo informado e embasado sobre pobreza a partir de um conceito cada vez mais em pauta em se tratando de políticas públicas – a Vulnerabilidade Social. O AVS é, portanto, um instrumento de estímulo

ao uso de dados socioeconômicos para a análise da nossa sociedade como um todo.

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, assim como ilustra a figura 5. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH.

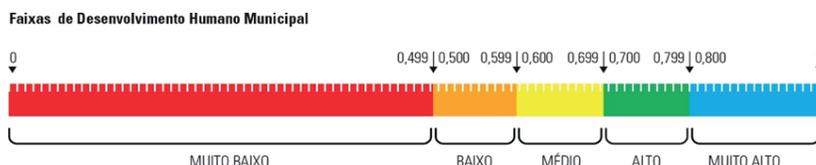


Figura 2 – Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

No Quadro 2, podemos observar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil, objeto deste estudo.

Período	IDHM	Classificação
2000	0.559	BAIXO
2010	0.671	MÉDIO
2011	0.690	MÉDIO
2012	0.695	MÉDIO
2013	0.707	ALTO
2014	0.715	ALTO
2015	0.713	ALTO
2016	0.713	ALTO
2017	0.719	ALTO

Quadro 2- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil(2000 a 2017)

Fonte: IPEA (2019)

Como podemos observar no Quadro 2, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Norte do Brasil, segundo dados do IPEA vem apresentando melhora ao longo dos anos analisados, mas está longe do ideal. Uma vez que ainda temos muitas melhorias a serem observadas se analisarmos as dimensões: infraestrutura urbana, capital humano renda e trabalho.

Vale ressaltar que quanto mais próximo de 1, melhores são as condições de saúde, educação e renda.

Síntese de Indicadores Sociais - SIS

De acordo com o IBGE (2019), o Síntese de Indicadores Sociais (SIS) analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade brasileira sob a perspectiva das desigualdades sociais.

Pobreza e Pobreza Extrema

Segundo Barros et. al (2000), a pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Assim, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

Já a população na condição de pobreza extrema aumentou em 13%, saltando de 13,5 milhões para 15,3 milhões no mesmo período. Do total de brasileiros, 7,4% estavam abaixo da linha de extrema pobreza em 2017. Em 2016, quando a população era estimada em cerca de 205,3 milhões, esse percentual era de 6,6%.

Segundo o IBGE, é considerada em situação de extrema pobreza quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 140 por mês. Já a linha de pobreza é de rendimento inferior a US\$ 5,5 por dia, o que corresponde a cerca de R\$ 406 por mês. Essas linhas foram definidas pelo Banco Mundial para acompanhar a pobreza global.

UF	População Estimada	Pobreza		Extrema Pobreza	
		%	Quantidade	%	Quantidade
Acre	881.935	11,8	104.068	47,8	421.565
Amapá	845.731	11,8	99.796	45,9	388.191
Amazonas	4.144.597	11,8	489.062	47,8	1.981.117
Pará	8.602.865	11,8	1.015.138	46,0	3.957.318
Rondônia	1.777.225	11,8	209.713	26,5	470.965
Roraima	605.761	11,8	71.480	36,1	218.680
Tocantins	1.572.866	11,8	185.598	32,7	592.970
Total	18.430.980		2.174.856		8.030.806

Quadro 3 – População em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza da Região Norte do Brasil (por UF)

Fonte: Dados do IBGE, SIS (2019) e IBGE (2019)

No Quadro 3, podemos observar a quantidade de população da Região Norte do Brasil considerada pobre ou na extrema pobreza. O Estado do Pará, mais populoso tem uma população pobre de aproximadamente 1.015.138 pessoas e com 46,8% na extrema pobreza, equivale a 3.957.318 pessoas. O Estado do Amazonas aparece um segundo lugar. Já o Estado de Roraima tem um total de 71.480 pessoas na faixa da pobreza e o Estado do Rondônia, com 470.965 em situação de extrema pobreza.

Assim, se levarmos em consideração que o equivalente a 11,8% da população da Região Norte do Brasil encontra-se em situação de extrema pobreza, temos um total de 2.174.856 de pessoas.

Desigualdade, Concentração de renda e Situação de Pobreza no Brasil

Segundo Barros et. al (2000), o Brasil, nas últimas décadas, tem sido alvo de uma tendência de agravamento de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania.

Temas como desigualdade e concentração de renda necessitam de pesquisas e debates a respeito, visto que de acordo com Campello et al. (2018, p.3) “Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade”. Para Barros et al. (2001, p.6) o Brasil é um país desigual que possui o desafio histórico de encarar uma herança de justiça social, a qual parte significativa da sua população está excluída do acesso as

condições mínimas de dignidade e cidadania.

Coeficiente de Gini: Indicador de Desigualdade

Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o Índice de Gini é uma ferramenta para efetuar a medição do grau de concentração de renda em determinado grupo. Indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (é possível que alguns autores e/ou instituições apresentem de zero a cem), onde zero corresponde a situação ideal de igualdade onde todos possuem a mesma renda, o valor um (ou cem) representa o oposto, o máximo de desigualdade, onde uma pessoa possui toda a renda (IPEA,2004, p.80).

A Seguir, teremos o Índice de Gini da renda domiciliar Per Capita referente aos Estados da Região Norte do Brasil por Unidade da Federação.

UF	1991	2000	2010
Acre	0,6259	0,6477	0,6394
Amapá	0,5850	0,6318	0,6157
Amazonas	0,6282	0,6823	0,6664
Pará	0,6206	0,6512	0,6260
Rondônia	0,6155	0,6110	0,5686
Roraima	0,6216	0,6202	0,6398
Tocantins	0,6331	0,6550	0,6099

Quadro 4 - Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita da Região Norte do Brasil

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Como podemos observar no Quadro 4, o Índice de Gini dos estados que compõem a Região Norte do Brasil variam entre 0,5 e 0,6 em todos os estados e ao longo dos anos analisados (1991, 2000 e 2010), isso demonstra um elevado grau de concentração de renda pois quando mais próximo de 1, maior a desigualdade. Ademais, como veremos a seguir, existe uma lacuna muito grande entre o menor e o maior rendimento (40% mais pobres e 10% mais ricos) per capita o que acentua a desigualdade.

O índice mede o grau de concentração de renda em um grupo, apontando a

diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os dos mais ricos. Ele varia de 0 a 1. Quanto maior o número, maior a desigualdade.

No Quadro 5, a seguir, podemos observar o Rendimento Médio Per Capita dos estados que compõem a Região Norte do Brasil em comparação ao Rendimento Médio Nacional. De uma forma geral, todos os estados da Região Norte, apresentam rendimento médio abaixo do apresentado para o país, tanto dos 40% mais pobres como para os 10% mais ricos. Sendo no Estado do Acre o menor rendimento dos 40% mais pobres (R\$ 200,00) e o no Estado do Pará o menor rendimento para os 10% mais ricos (R\$ 3,681,00).

	40% mais pobres	10% mais ricos	Diferença
Brasil	376,00	6.629,00	6.253,00
Região Norte	245,00	4.514,00	4.269,00
Acre	200,00	4.422,00	4.222,00
Amapá	291,00	5.292,00	5.001,00
Amazonas	214,00	6.446,00	6.252,00
Pará	225,00	3.681,00	3.456,00
Rondônia	368,00	3.724,00	3.356,00
Roraima	291,00	5.177,00	4.886,00
Tocantins	323,00	4.386,00	4.063,00

Quadro 5 – Rendimento Médio Per Capita da Região Norte do Brasil

Fonte: IBGE (2018)

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são de uma pesquisa de base qualitativa, com o objetivo de entender a relação teórica acerca da vulnerabilidade social, a fome, a pobreza e a extrema pobreza da Região Norte do Brasil, com base nos indicadores socioeconômicos

Em relação aos fins, esta pesquisa foi definida como exploratória, visto que buscou obter maiores informações sobre o assunto do tema por meio de material já publicado e de domínio público.

Quanto ao material utilizado para a construção da pesquisa, fez-se uso de material de caráter bibliográfico para a construção da base teórica sobre vulnerabilidade, pobreza, concentração de renda e demais conceitos e definições que fizeram parte da base conceitual deste trabalho. Quanto aos documentos, trabalhou-se com material disponibilizados pelo IBGE, IPEA e pela ONU.

Para a análise dos dados, fizemos uma análise direta com base nos

indicadores do IVS, IDHM, Índice de Gini, Renda Per Capita, Dados sobre a Fome, Pobreza e Extrema Pobreza, Valor da Cesta Básica e Dependência da população acerca dos programas de transferência de renda, tais dados foram apresentados através de quadros e tabelas.

ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Tendo como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente na Região Norte, levantar os principais indicadores que compõem o IVS, analisar a pobreza e a extrema pobreza da população com base no Mapa da Fome, bem como analisar o risco alimentar e a taxa de prosperidade social da Região Norte do Brasil, teremos a seguir a análise dos indicadores socioeconômicos:

Período	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
2000	0.570	0.594	0.668	0.449
2010	0.438	0.419	0.469	0.424
2011	0.346	0.302	0.379	0.358
2012	0.317	0.255	0.374	0.322
2013	0.325	0.294	0.363	0.318
2014	0.296	0.243	0.339	0.306
2015	0.298	0.223	0.348	0.323
2016	0.284	0.208	0.286	0.358
2017	0.283	0.207	0.283	0.358

Quadro 6 - IVS das Três Dimensões dos Estados da Região Norte do Brasil (2000 a 2017)

Fonte: IPEA (2019)

Como podemos observar no Quadro 6, em relação ao IVS no ano 2000 este estava na escala considerado MUITO ALTO (0.570) no ano 2000, mas se formos analisar a evolução para o ano de 2017, este encontra-se na escala classificado como BAIXA (0.283) uma redução substancial.

Se analisarmos o IVS Infraestrutura Urbana o processo evolutivo foi muito semelhante. No ano de 2000, MUITO ALTO (0.594) e para o ano de 2017, BAIXA (0.207).

O mesmo raciocínio será realizado para a dimensão IVS Capital Humano. No ano de 2000, MUITO ALTO (0.668), mas em comparação ao ano de 2017, último ano disponibilizado pelo IPEA, percebemos uma melhora visto que o indicador já apresenta esta dimensão com a classificação de BAIXA (0.283).

Para a última dimensão analisada, Renda e Trabalho a mesma análise é realizada visto que também acompanhou a evolução de redução de vulnerabilidade. Saindo de (0.449) ALTA no ano 2000 e passando a (0.358) no ano de 2017, para MÉDIA.

Ou seja, se formos comparar os anos de 2000 e 2017 nas três dimensões analisadas, sendo elas: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho teremos a seguinte evolução apresentada no Quadro 8:

Período	IVS Infraestrutura Urbana		IVS Capital Humano		IVS Renda e Trabalho	
	2000	0.594	MUITO ALTA	0.668	MUITO ALTA	0.449
2017	0.207	BAIXA	0.283	BAIXA	0.358	MÉDIA

Quadro 7- Classificação do IVS e suas Dimensões (2000 – 2017)

Fonte: IPEA, 2019

Iniciaremos a partir deste momento a análise das três dimensões do IDHM da Região Norte do Brasil nos anos de 2000 e 2010, IDHM longevidade, IDHM educação e IDHM renda.

Estado	Período	IDHM longevidade		IDHM educação		IDHM renda	
Acre	2000	0.694	MÉDIO	0.325	MUITO BAIXO	0.612	MÉDIO
	2017	0.821	MUITO ALTO	0.682	MÉDIO	0.664	MÉDIO
Amapá	2000	0.711	ALTO	0.424	MUITO BAIXO	0.638	MÉDIO
	2017	0.820	MUITO ALTO	0.710	ALTO	0.695	MÉDIO
Amazonas	2000	0.692	MÉDIO	0.324	MUITO BAIXO	0.608	MÉDIO
	2017	0.786	ALTO	0.735	ALTO	0.682	MÉDIO
Pará	2000	0.725	ALTO	0.319	MUITO BAIXO	0.601	MÉDIO
	2017	0.788	ALTO	0.661	MÉDIO	0.654	MÉDIO

Rondônia	2000	0.688	MÉDIO	0.345	MUITO BAIXO	0.654	MÉDIO
	2017	0.776	ALTO	0.703	ALTO	0.699	MÉDIO
Roraima	2000	0.717	ALTO	0.457	MUITO BAIXO	0.652	MÉDIO
	2017	0.781	ALTO	0.771	ALTO	0.706	ALTO
Tocantins	2000	0.688	MÉDIO	0.348	MUITO BAIXO	0.605	MÉDIO
	2017	0.811	MUITO ALTO	0.727	ALTO	0.696	MÉDIO
Região Norte	2000	0.762	ALTO	0.375	MUITO BAIXO	0.610	MÉDIO
	2017	0.799	ALTO	0.691	MÉDIO	0.673	MÉDIO

Quadro 8 - IDHM das Três Dimensões dos Estados da Região Norte do Brasil(2000 e 2017)

Fonte: IPEA (2019)

Como podemos observar no Quadro para o Estado do Acre temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de MÉDIO para MUITO ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para MÉDIO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Ao analisarmos o Estado do Amapá, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de ALTO para MUITO ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Em relação ao Estado do Amazonas, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de MÉDIO para ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Para o Estado do Pará, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, temos a classificação de ALTO nos dois momentos. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para MÉDIO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Em relação ao Estado de Rondônia, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de MÉDIO para ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Para o Estado de Roraima, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de ALTO para ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda de classificação MÉDIO para ALTO.

O último estado que compõe a Região Norte do país a ser analisado é o Estado de Tocantins, temos nos dois momentos, sendo o ano de 2000 e o ano de 2017, a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, saímos de uma classificação de MÉDIO para MUITO ALTO. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para ALTO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Acrescentamos no final do quadro os dados referentes à Região Norte nas três dimensões analisadas e nos recorte de tempo referente aos anos de 2000 e 2017 e temos a seguinte leitura dos indicadores de IDHM. Para o IDHM longevidade, temos a classificação de ALTO nos dois momentos. Já para o IDHM educação a evolução foi de MUITO BAIXO para MÉDIO e por fim, para o indicador IDHM renda a classificação permaneceu em MÉDIO nos dois momentos analisados.

Passaremos agora a analisar a condição da fome e pobreza. Para tanto, vamos resgatar os dados já apresentados no capítulo 1, onde vimos que para a Região Norte do Brasil a pobreza atinge o equivalente a 11,8% (IBGE, SIS, 2019) da população, sendo um total de 2.174.856 pessoas nos 7 estados que compõem a região, conforme observamos no Quadro 4.

Em relação à extrema pobreza, o % varia de acordo com cada estado da federação (26,5% a 47,8%), sendo: Acre, 47,8% (maior percentual) com um total de 421.565; Amapá, 45,9% com um total de 388.191; Amazonas, 47,8% (maior percentual) com um total de 1.981.117 pessoas; Pará, com 46%, totalizando 3.957.318; Rondônia, 26,5% (menor percentual) com um total de 470.965 pessoas; Roraima, 36,5% com 218.680 e por fim, Tocantins, com 32,7% totalizando 592.970 pessoas. Juntos, os Estados que compõem a Região Norte do Brasil somam um total de 8.030.806 pessoas na extrema pobreza, sendo dados do IBGE, SIS (2019).

Passaremos agora a analisar a pobreza e a extrema pobreza da população residente na Região Norte do Brasil com base no Mapa da Fome, Risco Alimentar¹

¹ Risco alimentar está relacionado ao conceito *Food Safety* (segurança dos alimentos), voltado para o controle de todas as etapas da cadeia produtiva, desde o campo até a mesa do consumidor, para evitar riscos para a saúde humana. Inclui práticas relativas à higiene dos alimentos, rotulagem, aditivos alimentares e resíduos

e a Taxa de Prosperidade Social.

Segundo a ONU, o Mapa da Fome é um estudo elaborado desde 1990 pela FAO, principal órgão internacional de incentivo às políticas de combate à fome e à promoção do alimento². O estudo é apresentado no documento “*O Estado da Segurança alimentar e Nutricional no Mundo*” (SOFI, por sua sigla em inglês), reúne e analisa dados sobre a situação da segurança alimentar da população mundial, fazendo diagnósticos por regiões e países.

O último SOFI disponibilizado de 2019 com base nos dados de 2018 e apresenta os seguintes resultados: a fome está aumentando na América Latina e no Caribe: em 2018 afetou 42,5 milhões de pessoas, 6,5% da população regional.

Segundo Berdegué (2019), durante os primeiros 15 anos deste século, a América Latina e o Caribe cortaram a subnutrição pela metade. Mas, desde 2014, a fome vem aumentando.

Ainda segundo o SOFI, o aumento da fome está intimamente associado à desaceleração econômica geral da região. As quedas nos preços das commodities desde 2011 levaram a uma deterioração das finanças públicas para muitos países dependentes das exportações de commodities na América Latina e no Caribe.

Esta última versão do SOFI inclui uma nova maneira de medir o avanço em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2.1: a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES). De acordo com o FIES, 9% da população latino-americana (apenas América do Sul e Central, já que não há dados disponíveis para o Caribe) encontravam-se em grave insegurança alimentar³ em 2018, enquanto 21,9% sofriam com insegurança alimentar moderada. A taxa de insegurança alimentar grave atingiu 10,6% para a América Central e 8,3% para a América do Sul. A insegurança alimentar moderada afetou 20,9% dos centro-americanos em 2018 e 22,3% dos sul-americanos.

Ainda de acordo com o SOFI, 4 milhões de crianças menores de 5 anos sofrem de sobrepeso (7,5% do total), 700 000 sofrem de desnutrição aguda (1,3%) e 4,8 milhões sofrem de atraso no crescimento ou de desnutrição crônica (9%).

Sobre a Taxa de Prosperidade Social, segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS do IPEA (2015), o desenvolvimento humano, conceito expresso no

químicos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/3284316/risco-e-seguranca-alimentar-e-tema-de-discussao-na-embrapa>. Acesso em: 04 de maio de 2020. B

2 Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1201842/>. Acesso em 28 de março de 2020.

3 Insegurança alimentar é quando o acesso e a disponibilidade de alimentos são escassos. Se uma família não tem acesso regular e permanente à alimentação, em quantidade e qualidade adequadas, ela está em situação de insegurança alimentar. A situação econômica familiar está intimamente ligada à insegurança alimentar, existindo principalmente em países pobres e em desenvolvimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, a insegurança alimentar atinge 52 milhões de brasileiros. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2015/12/26/o-que-e-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

IDHM, corresponde ao processo de ampliação de liberdades das pessoas no que tange às suas capacidades e às oportunidades com as quais elas se deparam na sociedade e que lhes permitem, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam.

De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana.

A Prosperidade Social, nesse sentido, reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se assenta em bases sociais mais robustas, onde o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população são tais que há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das condições de vida no meio social.

As regiões Nordeste e Norte são responsáveis por 72,4% e 23,4% do total de municípios na faixa de MUITO BAIXA prosperidade social, enquanto essa proporção é de 3,7% para o Sudeste, 0,4% para o Centro-Oeste e 0,1% para o Sul.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao longo desta pesquisa intitulada A Floresta Rica, População Pobre: Fome e Pobreza na Região Norte do Brasil, buscamos atender ao objetivo de levantamos os principais indicadores do IVS e IDHM regionais, além de analisar a pobreza e extrema pobreza com base no mapa da fome, risco alimentar e taxa de prosperidade social apresentando informações acerca da realidade socioeconômica regional.

Como já mencionado anteriormente, nossa motivação inicial foi a leitura da obra de Josué de Castro “Geografia da Fome” de 1946, considerada o marco na discussão acerca da fome do Brasil e no mundo e que foi o livro que motivou a pesquisa. Na sequência apresentamos os aspectos gerais da Região Norte do Brasil. No tópico seguinte, tivemos a definição do termo vulnerabilidade, seguida da apresentação do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS e do Atlas da Vulnerabilidade Social - AVS.

Posteriormente, apresentamos e analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, discussão e apresentação da Síntese de Indicadores Sociais - SIS, com os números da pobreza e extrema pobreza na Região Norte do Brasil. Após, tivemos a discussão acerca da Desigualdade, Concentração de Renda e Situação de Pobreza e finalizando o capítulo, apresentamos o Coeficiente de Gini,

que constitui o indicador de Desigualdade.

Com relação aos indicadores analisados, vimos que: em relação ao IVS regional, no ano 2000 o IVS era de 0.570 na classificação de MUITO ALTO e no ano de 2017, último levantamento apresentado pelo IPEA, a região passou a apresentar o IVS de 0.283, já na classificação de BAIXA. Reiteramos que a situação foi observada também em relação às três dimensões avaliadas pelo IVS, Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho.

Quanto ao indicador de IDHM, vimos que no ano 2000 o IDHM era de 0.559 na classificação de BAIXO e no ano de 2017 já está na faixa de classificação de ALTO com o valor de 0.719 conforme dados do IPEA.

Em relação à pobreza e pobreza extrema, vimos que 11,8% da população da região encontra-se em situação de pobreza (2.174.856 pessoas) e que 8.030.806 pessoas na condição de pobreza extrema (variação de 26,5% a 47,8%).

Em se tratando de Renda Per Capita, a Região Norte apresenta uma Renda Média Per capita de R\$ 245,00 (R\$ 376,00 é a do país) referente aos 40% mais pobres e de R\$ 4.514,00 (R\$ 6.253,00 é a do país) referentes ao 10% mais ricos, o equivalente a uma diferença de R\$ 4.269,00.

Em relação ao análise do Índice de Gini que mensura a concentração de renda, em função da diferença dos rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos e varia de 0 a 1, quanto maior o número, maior a desigualdade. No caso, para a Região Norte, o Índice de Gini é de 0,6237 muito superior ao da Região Sul do Brasil, por exemplo, que é menor que 0,4000. Ou seja, a Região Norte do Brasil constitui uma das mais desiguais do país.

Quanto à análise do indicador sobre a Fome, vimos no relatório da ONU, SOFI que 42,5 milhões de pessoas na América Latina e Caribe passam fome, o equivalente a 6,5% da população que habita essa região.

Em relação à Taxa de Prosperidade Social, 71% dos municípios que compõem a Região Norte do país encontra-se na classificação MUITO BAIXA. Lembrando que a Taxa de Prosperidade Social envolve o IVS e o IDHM.

Outros indicadores regionais relevantes, estão relacionados ao déficit habitacional de 631.586 moradias, apenas 43,4% da população dispõe do serviço de abastecimento de água potável, 3,5% é atendida com o tratamento de esgoto e destes apenas 15% é tratado e quanto à coleta e destino correto dos resíduos, apenas 31,56% do lixo coletado tem destino correto na Região Norte do Brasil.

Dessa forma, podemos refletir que nosso país com dimensões continentais apresenta vários “brasis” e realidades distintas em cada uma das 5 regiões que o compõe, assim deveríamos ter uma agenda de planejamento que levasse em consideração as especificidades regionais e suas necessidades mais urgentes. É o que chamamos de políticas de desenvolvimento regional, que se bem direcionadas

poderiam alavancar socioeconomicamente as regiões mais vulneráveis possibilitando o seu desenvolvimento endógeno e melhorando as condições de vida para a população que nela habita tendo como base as potencialidades regionais. Ou seja, precisamos de um modelo sustentável a longo prazo, um modelo de país e não um modelo de governo para que possamos evoluir a cada ano e não recomeçar a cada 4 anos.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2014/pt/ranking>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.
- BARROS, Ricardo. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 n.42 São Paulo Feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.
- BERDEGUÉ, Júlio. A fome afeta 42,5 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe. FAO, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1201842/>. Acesso em: 04 de maio de 2020.
- CAMPELLO, Tereza *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. N. ESPECIAL, ed. 3, p. 54-66, 2018. DOI 10.1590/0103-11042018S305. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1948.
- CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. IDS Bulletin, v.20, n.2, 1989.
- IBGE. **Aspectos Demográficos da Região Norte**. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- IBGE. **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- IBGE. **PNAD**. 2015. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
- IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.
- IPEA. **Índice de Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

MONTEIRO, S.R. da R.P. **O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social**. Sociedade em Debate, Pelotas-RS. v.17, n.2, p. 29-40, jul-dez, 2011.

ONU. Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/indice-de-desenvolvimento-humano>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

ONU. **Mapa da Fome**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

RECIO, Maria Encarnación Recio. **Desigualdades na Pobreza: Trajetórias e Transições em uma Favela Paulistana**. Tese de Doutorado. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br>. Acesso em: 20 de março de 2020.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov, 2008. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

RIQUEZA, DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL:

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES BRASILEIRAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 